



Grupo Parlamentar

## **Intervenção na Assembleia Legislativa Regional dos Açores da Deputada do PSD, Maria José Duarte**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia  
Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Deputados  
Exma. Senhora e Exmos. Senhores Membros de Governo

Irei iniciar a minha intervenção com a seguinte pergunta:

Onde está a política cultural do Governo ao nível do necessário e imprescindível conhecimento dos nossos agentes culturais e da preservação, salvaguarda e valorização do nosso património móvel e imóvel?

Muito sinceramente, meus senhores procurámos, mas não a encontramos.

Ora vejamos, em Novembro do ano passado, como não conseguíamos aceder à página da Internet da Direcção Regional da Cultura, solicitamos àquela Direcção Regional uma listagem dos agentes culturais dos Açores, **repito**, dos Açores e foi-nos informado por aquele Organismo Governamental que não poderiam cedê-la porque estava em actualização, e que o fariam somente em Fevereiro de 2005.

Certamente que compreendemos, apesar de julgarmos que 4 meses para actualizar uma listagem, convenhamos que seja demais, mas enfim..., mas o que já não é de facto compreensível é que o mês de Fevereiro passou e não recebemos qualquer resposta da Direcção Regional da Cultura ao pretendido. Deste modo, resolvemos enviar um ofício datado do dia 4 do corrente mês, a solicitar novamente a tão esperada e desejada listagem. E continuamos a não obter qualquer resposta.

Senhora e Senhores Membros do Governo, mediante este cenário, gostaríamos de perguntar a Vs. Exas. o seguinte:

Como é que o Governo Regional, na pessoa do seu Presidente, fala em política cultural se nem uma listagem actualizada dos nossos agentes culturais a Direcção Regional da Cultura possui?

O que implica um **total desconhecimento** de quem são, de como estão distribuídos pelas diferentes ilhas, impossibilitando também, uma real fiscalização do seu trabalho por parte daquela Direcção Regional. Porque para uma **justa e correcta** atribuição de subsídios, de apoios, é obviamente, necessário conhecer-se o trabalho que na realidade cada agente cultural desempenha e desenvolve.

Não seria **obrigação** da Direcção Regional da Cultura ter esta informação sempre disponível e o mais actualizada possível para que o «comum dos mortais» a pudesse consultar?

Não seria obrigação da Direcção Regional da Cultura conhecer e dar a conhecer as pessoas, os grupos, as associações que estão ligadas à nossa cultura e que são os seus grandes e verdadeiros representantes e dinamizadores?

Como é que o Governo, na pessoa do Senhor Presidente, fala em política cultural se nem sequer tem este tipo de preocupação, tão elementar, mas tão importante?

No que respeita à preservação, salvaguarda e valorização do nosso Património móvel e imóvel, a política cultural do nosso Governo, e se me permitem a expressão, «anda pelas ruas da amargura». Existe uma nítida **desresponsabilização**, uma nítida política do «**laissez faire, laissez passer**» por parte do Governo, o que origina, em muitos casos, que sejam cometidos autênticos crimes de **lesa-património**, aqui nos Açores. Ora vejamos alguns exemplos:

Na reconstrução e recuperação das nossas Igrejas das Ilhas do Faial e do Pico, que foram afectadas pelo sismo de 1998, o Governo tem tido unicamente um papel de **financiador** e **não de fiscalizador**, como seria também, a sua obrigação.

Segundo o Senhor Director Regional da Cultura, a DRaC tem atribuído a responsabilidade de fiscalização das obras de recuperação daquelas igrejas, a entidades externas àquela Direcção Regional, mas o **mais grave** é que o Senhor Director Regional admitiu que a DraC **não sabe se efectivamente estas entidades têm cumprido com o seu papel de fiscalizador**. Nós temos a certeza de que, em muitos casos, **não cumprem**.

Só a título de exemplo, temos a Igreja da Madalena do Pico onde existem peças de altares coladas à parede com espuma, que se usa nos frigoríficos.



Grupo Parlamentar

A Igreja do Carmo aqui da Horta, pertença da Ordem Terceira do Carmo, em cuja recuperação parcial, já foram gastos **meio milhão de euros** e, segundo fonte fidedigna, faltará certamente outro tanto para que as obras possam ficar concluídas. As obras de consolidação e reparação do exterior estão praticamente concluídas, faltando todas as obras de interiores, altares, retábulo e soalhos.

Meus senhores, perguntamos a Vs. Exas.: onde estamos nós? Num país do terceiro mundo, em que não há controlo dos dinheiros públicos?

Pior ainda, para além de serem dinheiros públicos que estão a ser mal empregues, é também a **preservação e salvaguarda do nosso Património** que está em causa.

As nossas Igrejas são «**tomadas de assalto**» pelas empresas de construção civil, que não têm pessoal minimamente conhecedor e sensibilizado para a preservação do nosso Património, portanto deveria haver um acompanhamento **a sério** por parte do nosso Governo.

Mas, o nosso Governo quando quer e quando não deve, sabe ser usurário.

Temos o caso do restauro da Igreja de S. Francisco, testemunho de uma longa presença daquela Ordem mendicante na Ilha do Faial desde os primórdios do Povoamento. É um imóvel classificado de Interesse Público e é actualmente o edifício religioso mais antigo daquela Ilha. Infelizmente, para aquela Igreja, que está praticamente em ruínas, existe um «**braço de ferro**» entre a Direcção Regional da Cultura e a Santa Casa da Misericórdia da Horta, no que respeita à divisão das despesas com o seu restauro.

A DraC propõe uma comparticipação de 75% do valor da obra, ficando os restantes 25% a cargo da Santa Casa. Esta por sua vez, diz que não tem verbas para o efeito.

Gostaríamos de perguntar ao Senhor Presidente do Governo se o Governo não sabe que no dia 4 de Julho de 1977, foi assinado um Auto de Cedência a Título Precário da Igreja de S. Francisco, entre a Santa Casa da Misericórdia e a, então, Secretaria Regional da Educação e Cultura?

Será que o Governo não sabe que através daquele Auto de Cedência, **tomou a seu cargo**, a conservação, reintegração e restauro do referido templo, em conformidade com a cláusula «Quarta» do referido Auto?

Não. Tudo leva a crer, que não sabe.

Mas, Senhoras e Senhores Deputados e Senhora e Senhores Membros do Governo, nós ainda não ficamos por aqui.

A mesma política do «laissez faire laissez passer» por parte do Governo está também presente em relação à preservação e salvaguarda do património móvel.

Temos o exemplo da Igreja da Praia do Almojarife, em que as obras de recuperação da igreja começaram sem que o órgão de tubos, tivesse sido, devidamente resguardado ou então tivesse havido a preocupação de o desmontar, só tendo mais tarde sido construída uma caixa de protecção em madeira. É de salientar que o referido órgão é um instrumento que não tem tecto de protecção, em que todos os tubos estão expostos. Deste modo, obrigaram aquele infeliz instrumento, durante algum tempo, a ter de lutar contra o pó, a chuva e a boa ou má vontade de quem o rodeava.

Senhor Presidente do Governo, gostaríamos de perguntar a Vossa Excelência o seguinte:

O Governo sabe que a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta não possui guarda nocturno, nem qualquer sistema de vigilância electrónica contra intrusos e incêndios?

O Governo sabe onde pára o órgão de tubos, da já referida, Igreja do Carmo, que foi desmontado e até hoje não se sabe do seu paradeiro?

O Governo sabe que o espólio daquela Igreja encontra-se encaixotado na Igreja de S. Francisco a deteriorar-se? Com a agravante daquela Igreja encontrar-se bastante danificada?

O Governo sabe onde e em que condições está guardado o órgão da Igreja de S. Francisco, aqui da Horta?

O Governo sabe onde pára o harmónio (órgão de pedais) da Igreja da Madalena do Pico?

Por acaso, nós sabemos. Por mais incrível e lamentável que pareça, o seu paradeiro foi o lixo. Sim, Senhores Deputados e Senhores Membros do Governo, tal como vos dissemos, foi parar **ao lixo**. Era velho, estava danificado, deste modo, o seu lugar teria de ser irremediavelmente o lixo.

Certamente os Senhores Governantes irão dizer que o Governo não tem nada a ver com o Património da Igreja, que não é o responsável por zelar por aquele Património, isto nós sabemos mas, enquanto financiador do restauro e recuperação de bens da Igreja, passa inevitavelmente a ser responsável, ou pelo menos co-responsável, pela salvaguarda daquele património.

Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, façamos agora uma pequena viagem até à ilha de S. Miguel, mais concretamente à Igreja de Todos os Santos do Colégio dos Jesuítas, vulgo Igreja do Colégio, jóia do nosso património arquitectónico, representativa do período Barroco em Portugal.



Grupo Parlamentar

No passado mês de Agosto aquela Igreja reabriu ao público, após de ter sido submetida a obras de restauro.

Foi uma reabertura, que algumas pessoas chamaram de «reinauguração», cheia de pompa e circunstância, mas sem que estivesse ainda, em plenas condições, para cumprir o seu verdadeiro destino que é o de ser uma extensão do Museu Carlos Machado, que albergará grande parte do espólio de Arte Sacra daquele Museu.

Ora vejamos alguns exemplos: há problemas com a acessibilidade a deficientes, não existem rampas de acesso, não existe um sistema de prevenção de incêndios ligados aos Bombeiros, a iluminação não se encontra de acordo com as regras museológicas, inclusivamente sabemos que se pretende construir novas instalações sanitárias.

Tudo isto implica novas despesas para o nosso erário público que é composto pelo dinheiro de todos nós, enquanto contribuintes que somos.

Mas, o que nos parece ter sido realmente importante para o Governo foi que a Igreja do Colégio fosse reinaugurada a 20 de Agosto, em plena campanha eleitoral. Isto sim, meus Senhores pelos vistos era o que realmente importava ao Governo.

Por último, gostaria de deixar o seguinte alerta ao Governo:

Foi recentemente construído um edifício que fica situado não a 90m, não a 20 m, nem tão pouco a 10m, mas sim, **a 5m do antigo Convento de Santo André**, Mosteiro datado do ano de 1567, onde funciona o Museu Carlos Machado. Senhores Deputados desculpem-me a franqueza, mas aquele edifício é uma autêntica «**aberração arquitectónica**». A sua arquitectura não se adapta, de forma alguma, à organização espacial do conjunto. Há uma nítida ruptura da tipologia arquitectónica existente. As linhas dominantes naquela zona da cidade são nitidamente verticais, ao contrário das do referido edifício, que são assumidamente horizontais.

Fazemos votos que situações idênticas não estejam a acontecer após a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A de 24 de Agosto sobre o «Regime jurídico de protecção e valorização do património cultural móvel e imóvel».

Gostaríamos de deixar um alerta à Direcção Regional da Cultura para cumprir com o que está estabelecido no referido decreto, e não continuar a manter a posição, que até agora tem tomado, de total desresponsabilização e de falta de critérios na aprovação de projectos mais arrojados junto a imóveis e conjuntos classificados.

Antes de terminar a nossa intervenção, gostaríamos de fazer sentir a Vs. Exas. que as denúncias, aqui e agora referidas, fossem entendidas como **crítica construtiva**.



Grupo Parlamentar

O nosso objectivo será sempre o de alertar e sensibilizar o Governo para aquilo que de menos bom acontece no nosso panorama cultural, com a crença numa rápida e correcta solução que se converterá certamente, numa mais valia para todos nós açorianos e portugueses que somos.

Tenho dito, Obrigada.